

# Medida Provisória nº 2189-49, de 2001

**Autoria:** Presidência da República

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.

**Assunto:** Economia e Desenvolvimento - Tributos

**Data de Leitura:** -

Em tramitação

**Decisão:** -

**Último local:** 17/03/2026 - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Destino:** -

**Último estado:** 26/02/2024 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

**Matérias Relacionadas:**

Medida Provisória nº 1636/2 de 1998

Medida Provisória nº 1636/3 de 1998

Medida Provisória nº 1636/4 de 1998

Medida Provisória nº 1636/5 de 1998

Medida Provisória nº 1636/6 de 1998

Medida Provisória nº 1680/8 de 1998

Medida Provisória nº 1680/9 de 1998

Medida Provisória nº 1680/10 de 1998

Medida Provisória nº 1680/11 de 1998

Medida Provisória nº 1680/12 de 1998

Medida Provisória nº 1753/13 de 1998

Medida Provisória nº 1753/14 de 1999

Medida Provisória nº 1753/15 de 1999

**Matérias Relacionadas:**

---

Medida Provisória nº 1753/16 de 1999

Medida Provisória nº 1753/17 de 1999

Medida Provisória nº 1753/18 de 1999

Medida Provisória nº 1753/19 de 1999

Medida Provisória nº 1855/20 de 1999

Medida Provisória nº 1855/22 de 1999

Medida Provisória nº 1855/23 de 1999

Medida Provisória nº 1855/24 de 1999

Medida Provisória nº 1855/25 de 1999

Medida Provisória nº 1990/28 de 2000

Medida Provisória nº 1990/29 de 2000

Medida Provisória nº 1990/30 de 2000

Medida Provisória nº 1990/31 de 2000

Medida Provisória nº 1990/32 de 2000

Medida Provisória nº 2033/34 de 2000

Medida Provisória nº 2033/35 de 2000

Medida Provisória nº 2033/36 de 2000

Medida Provisória nº 2033/37 de 2000

Medida Provisória nº 2033/38 de 2000

Medida Provisória nº 2033/39 de 2000

Medida Provisória nº 2132/42 de 2001

Medida Provisória nº 2132/43 de 2001

Medida Provisória nº 2132/44 de 2001

Medida Provisória nº 2132/45 de 2001

Medida Provisória nº 2132/46 de 2001

Medida Provisória nº 2189/47 de 2001

Medida Provisória nº 2189/48 de 2001

## TRAMITAÇÃO

**01/04/2026** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória. Essa Lei também revoga o § 4º do art. 25 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**01/04/2026** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**01/04/2026** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**01/04/2026** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**26/02/2024** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Situação:** EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

**Ação:** A Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.

**22/08/2023** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

**21/12/2022** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

**22/10/2021** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.307, de 19 de maio de 2006, que revoga dispositivo da presente Medida Provisória.

**11/11/2008** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

## Medida Provisória nº 2189-49, de 2001

## TRAMITAÇÃO

**Ação:** \*\* AÇÃO DE SANEAMENTO \*\* Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

**09/08/2004** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Situação:** PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

**Ação:** Anexada cópia da publicação da Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004, no DOU de 9-08-2004, conforme consta às folhas nºs 123 a 126.

**05/07/2004** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexado cópia do Ofício SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 120 a 122.

**27/08/2003** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexadas folhas nºs 118 a 119, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

**01/07/2003** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

**02/06/2003** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada folha nº 117, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de incidência de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

**04/04/2003** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada folha nº 116, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

*Publicado no DSF Páginas 5034*

**11/11/2002** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:  
"Art. 2º. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

**23/04/2002** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada folha nº 115, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

*Publicado no DSF Páginas 5704*

## Medida Provisória nº 2189-49, de 2001

## TRAMITAÇÃO

**15/03/2002** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada a folha de nº 114, referente ao ofício da Liderança do BLOCO PSDB/PPB no Senado Federal, que substitui designação anterior de Senadores que compõem a Comissão Mista.

*Publicado no DSF Páginas 2351*

**28/11/2001** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada folha nº 113, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

*Publicado no DSF Páginas 29721-29722*

**01/11/2001** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexada folha nº 111, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

*Publicado no DSF Páginas 26977*

**10/09/2001** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Anexadas fls. 87 a 110 referentes à Mensagem nº 534, de 2001-CN, que encaminha o texto da Medida.

*Publicado no DCN Páginas 19335-19359*

**10/09/2001** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

**05/09/2001** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** Ofício PSDB/I/Nº561/2001 da Liderança do PSDB, indicando o Deputado XICO GRAZIANO, como titular, em substituição ao Deputado AÉCIO NEVES, para integrarem a Comissão Mista, a partir de 04/09/2001. (às fls. 86).

*Publicado no DSF Páginas 20774*

**30/08/2001** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

**29/08/2001** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** Convalidadas as emendas nºs. 001 a 020 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

**24/08/2001** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Ação:** Ao Serviço de Apoio as Comissões Mistas.

*Publicado no DOUE Páginas 14-15*

## Medida Provisória nº 2189-49, de 2001

## TRAMITAÇÃO

**24/08/2001** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Situação:** AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

**Ação:** Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.189-48/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

## DOCUMENTOS

## Texto inicial - MPV 2189-

**Data:** 24/08/2001

**Autor:** Presidência da República

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.

## Avulso de emendas

**Data:** 28/11/2013

**Autor:** -

**Local:** null

## Edição de Diário Oficial

**Data:** 22/10/2021

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.307, de 19 de maio de 2006, que revoga dispositivo da presente Medida Provisória.

**Descrição/Ementa:** LEI Nº 11.307, DE 19 DE MAIO DE 2006: Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

## Cópia integral de Processo

**Data:** 22/08/2023

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

**Descrição/Ementa:** Processo físico integralmente digitalizado.

## Edição de Diário Oficial

## DOCUMENTOS

**Data:** 01/04/2026**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**Descrição/Ementa:** DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória.

## Edição de Diário Oficial

**Data:** 01/04/2026**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcialmente e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**Descrição/Ementa:** DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória.

## Edição de Diário Oficial

**Data:** 01/04/2026**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**Descrição/Ementa:** DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória.

## Edição de Diário Oficial

**Data:** 01/04/2026**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória. Essa Lei também revoga o § 4º do art. 25 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**Descrição/Ementa:** DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória.